

EMENTAS

Colóquios	
<p>1. O PNE na articulação do SNE: instituição, democratização, cooperação federativa, regime de colaboração, avaliação e regulação da educação</p>	<p>Colaboração entre os sistemas de ensino: as responsabilidades com a universalização do acesso e permanência de qualidade à educação e os desafios perante as assimetrias regionais. Possibilidades da Cooperação entre os entes federados – e os desafios da abrangência da colaboração entre os sistemas de ensino. Gestão do SNE: Definições de papéis dos diversos entes federados e sistemas de ensino, e a função redistributiva e supletiva da União.</p>
<p>2. Os planos decenais e o Sistema Nacional de Educação: qualidade, avaliação e regulação das políticas educacionais</p>	<p>Educação com qualidade social: o caminho da construção de uma qualidade socialmente referenciada, de acesso a todos, e os desafios intraescolares (esforços no plano do sistema, da instituição educativa, do professor e do estudante) e os desafios extraescolares (esforços nos planos macroestruturais, como concentração de renda e desigualdade social). Definições de Educação e Qualidade Social: educação como elemento partícipe da transformação e manutenção das relações sociais; qualidade como formação de sujeitos sociais, de forma emancipadora e democrática, com vistas ao desempenho de seus papéis como estudante, homem e cidadão do mundo. Educação com qualidade social e a BNCC: desafios da diversidade regional e o combate à desigualdade social. Políticas de acesso e permanência, e políticas afirmativas: desafios da superação de assimetrias e desigualdades regionais na expansão e democratização da educação básica e superior com qualidade. Articulação entre sistemas de avaliação da educação básica e superior na garantia de uma educação com qualidade social.</p>
<p>3. Gestão democrática: participação popular e controle social</p>	<p>Desafios para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino no contexto da gestão democrática, com vistas ao fortalecimento da autonomia, da participação popular e do controle social da educação. Efetivação do papel do SNE como garantidor de um regime de colaboração e relações de cooperação entre o âmbito dos sistemas de ensino e o âmbito nacional: desafios políticos e sociais da participação popular frente a processos tradicionais centralizadores. Controle social: compromisso coletivo com a fiscalização da educação e compartilhamento da responsabilidade sobre os rumos dados à educação, seu monitoramento, avaliação e gestão. Papel das Instâncias colegiadas na construção de mecanismos e processos de interlocução e diálogo, na busca de consensos dos diversos interesses e</p>

	visões dos coletivos. Horizontes da gestão democrática para o rompimento com práticas autoritárias e centralizadoras presentes na cultura política da sociedade.
4. Democratização da Educação: acesso, permanência e gestão	Instrumentos e suporte legal para o desafio de repensar os compromissos para garantia da democratização da educação. Implicações da universalização da educação básica. Desafios do fortalecimento das estruturas da gestão democrática: Participação de todos os segmentos do processo educativo, respeito a autonomia das instituições educativas, transparência nas decisões e gestão dos recursos, e respeito a pluralidade de ideias. Desafios da consolidação de um regime de colaboração, o SNE: A relação de dependência financeira e técnica de Estados e Municípios, frente à União, para alcance das metas previstas no PNE e nos Planos Decenais. Acesso e permanência: Perspectivas e esforços ao atendimento dos que estão fora do processo de escolarização e a melhora no desempenho dos que estão matriculados. Efetivação de políticas de mobilização, monitoramento e avaliação da educação com vistas a garantia de uma formação humanística e ao mundo do trabalho. Gestão da Educação e o SNE: definição de responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas.
5. Educação e diversidade: democratização, direitos humanos, justiça social e inclusão	O respeito à diversidade na construção das políticas educacionais. Democracia, direitos humanos, justiça social e inclusão. O respeito à diversidade na Constituição de 1988, na LDB, no Plano Nacional de Educação e na institucionalização do Sistema Nacional de Educação. Discriminação, preconceito, violência e intolerância na Educação. A garantia do direito à diversidade e à diferença. Os movimentos sociais na evolução e nos avanços das políticas públicas de educação. Educação para o exercício da cidadania e direitos humanos. Especificidades da educação escolar indígena, quilombola e do campo face às políticas universais de educação. Educação Especial na perspectiva inclusiva. Políticas de ações afirmativas. Educação para as relações étnico-raciais. Respeito à diversidade religiosa, à laicidade e ao diálogo inter-religioso na educação. Educação com qualidade social, pública, gratuita e inclusiva para todas e todos. Respeito à diversidade de gênero e a orientação sexual no contexto da educação. Educação para a diversidade.
6. Políticas intersetoriais de desenvolvimento e Educação: cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação	Planejamento e articulação intersetorial para a garantia dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal. Exigências contemporâneas para a inclusão social e para o exercício da cidadania: superação das desigualdades sociais, inclusão digital, qualidade de vida, acesso aos bens culturais, ao trabalho, ao lazer, às práticas desportivas e à saúde. Articulação da educação com mundo do trabalho, da cultura, do desporto, das comunicações, da saúde, da ciência e tecnologia. Colaboração federativa e políticas intersetoriais. Instituição do Sistema Nacional de Educação e dos planos decenais

	<p>de educação em diálogo com as políticas intersetoriais. Educação para o desenvolvimento econômico e social. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Educação articulada às estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação. Políticas em educação integradas aos órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. Educação profissional e tecnológica: o trabalho assumido como princípio educativo e sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura. Articulação entre as políticas de educação básica, graduação e pós-graduação. Educação para a igualdade de oportunidades, a paz social, o acesso à cultura, a garantia do estado democrático de direito e a justiça social.</p>
<p>7. Valorização dos profissionais da Educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde</p>	<p>Políticas nacionais de formação e valorização dos profissionais da Educação. Indissociabilidade entre as metas e estratégias do PNE e as condições de formação, carreira, remuneração e trabalho dos profissionais da educação. Diretrizes, metas e estratégias do PNE para a valorização e formação dos profissionais da educação. Política nacional de formação dos profissionais da educação. Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para formação, carreira e remuneração dos profissionais da educação. Piso salarial nacional e planos de carreira para os profissionais da educação. O Sistema Nacional de Educação como instrumento de concretização das políticas de formação e valorização. A Reforma do Ensino Médio e os profissionais da educação. Assegurar a liberdade de ensino e de formação crítica, científica e humanista da infância e da juventude, conforme previsto na LDB. A educação para as diversidades: gestão educacional, formação inicial e continuada de professores, currículos e financiamento da educação.</p>
<p>8. Financiamento da educação: gestão, transparência e controle social</p>	<p>O financiamento como elemento estruturante para a organização e o funcionamento das políticas educacionais. As metas do PNE para o financiamento da educação. A instituição do Sistema Nacional de Educação e o financiamento da educação pública. Gestão democrática, transparência e controle social dos recursos destinados à educação. Legislação sobre o financiamento da educação brasileira. Os secretários de educação como ordenadores e gestores plenos de despesas. As fontes oficiais de recursos para a educação básica. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). A efetivação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo Aluno Qualidade (CAQ). Políticas de financiamento do ensino superior. Políticas de financiamento em seus diferentes níveis de modalidades.</p>

Mesas Redondas

<p>1. Regulamentação do Sistema Nacional de Educação: instituição da lei do SNE conforme Art. 13 do PNE 2014.</p>	<p>Marco legal e implementação do SNE. Significado e implicações do regime de colaboração entre os sistemas de ensino: competências legais de cada um e distribuição das responsabilidades de forma horizontal e vertical, conforme os elementos constitutivos da estrutura do sistema (recursos financeiros, recursos materiais, recursos humanos). Papel da União na elaboração e na articulação da política nacional de educação. Sistema Nacional de Educação e subsistemas nacionais de avaliação, desenvolvimento curricular, produção e disseminação de indicadores educacionais, planejamento e gestão e formação e valorização profissional. Conceito de articulação do sistema; diferença entre articulação, dependência, cooperação e colaboração.</p>
<p>2. Articulação entre os sistemas de ensino, regime de colaboração e efetivação das diretrizes, metas e estratégias do PNE.</p>	<p>Regulamentação dos dispositivos constitucionais da Cooperação Federativa e do Regime de Colaboração, para o cumprimento do papel do Estado na regulação e na garantia do direito à educação. Princípios constitucionais que regem o direito humano à educação escolar com qualidade e a importância da LDB e das demais matérias legislativas e normativas na regulação da educação escolar no Brasil. Liberdade de ensino e a garantia do Estado ao direito universal de acesso à educação de qualidade social. Gestão democrática da educação como princípio ordenador da política de Estado. Colaborações e possibilidades do SNE para o cumprimento das metas do PNE.</p>
<p>3. Planos decenais: diagnóstico, avaliação, elaboração e adequação.</p>	<p>Diagnósticos dos planos em andamento: Principais fragilidades e potencialidades no processo de implementação dos planos decenais (nacional, estaduais, distrital e municipais). Avaliação: Papéis próprios do Parlamento, do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação na definição de normas, metodologias e indicadores para o acompanhamento contínuo e avaliação periódica do alcance das metas. Elaboração e adequação: Perspectivas futuras, processos (legais e administrativos) de ajustes das metas e estratégias aos dados da realidade, com base nos resultados da avaliação. Mecanismos de controle social e indicadores nacionais, estaduais e municipais para o acompanhamento e avaliação dos planos decenais (PNE, PEEs e PMEs).</p>
<p>4. SINAEB: Qualidade na Educação, melhoria no fluxo escolar e aprendizagem.</p>	<p>Concepções de qualidade na educação e avaliação dos resultados e processos escolares/educacionais. Limites e possibilidades do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb): conceito de avaliação como processo; ação negociada e construção coletiva da avaliação. Possibilidades de ampliação dos indicadores educacionais, com vistas à uma melhor gestão das escolas, diminuição das desigualdades no ensino, correção das desigualdades na avaliação educacional e investimento na</p>

	<p>formação docente. Parâmetros de qualidade para a Educação Básica e Superior: referências para efetivação do princípio constitucional. Parâmetros de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, infraestrutura dos prédios escolares e as condições de trabalho na educação. Qualidade da educação básica e superior pública e privada e relação entre investimento, desempenho e inclusão social. As avaliações nacionais e as especificidades regionais e locais.</p>
<p>5. Base Nacional Comum Curricular: Desafios da implementação.</p>	<p>Desafios na implementação da BNCC. Conceito de currículo, conhecimento escolar e sua influência na prática pedagógica. Currículo e qualidade social da educação: participação coletiva na definição do Projeto Político Pedagógico das escolas da educação básica, nos itinerários formativos e sua relação com os exames externos. Adequação curricular às normas referentes à formação dos professores em nível de graduação, à valorização da diversidade e o combate à desigualdade social. Papel do SNE na inclusão e preservação das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Articulação entre currículo, conhecimento e avaliação no cotidiano escolar.</p>
<p>6. Gestão democrática e as instâncias colegiadas.</p>	<p>Gestão democrática como princípio pedagógico e preceito constitucional. Mecanismos de efetivação da gestão democrática. Relação entre qualidade da educação e gestão democrática. Processos participativos e instâncias de participação na gestão educacional: colegiados, conselhos escolares, grêmios e associação de pais. Participação popular e qualidade da educação pública. Espaços e processos de participação popular na definição de políticas educacionais e organização dos sistemas de ensino: conselhos de educação, fóruns, conferências e outros. Saber e poder popular na construção de políticas educacionais públicas. Avaliação participativa da educação. Participação popular como pressuposto da cidadania: exercício de poder social.</p>
<p>7. Educação de Jovens, adultos e idosos (EJA): acesso, permanência e integração à vida cidadã.</p>	<p>Financiamento da EJA no Brasil. Formas de acesso à EJA. Valorização dos profissionais de EJA. Formas de avaliação do EJA. Idade mínima para o ingresso à EJA. Regulação da oferta da EJA pelo setor público e privado. A combinação histórica entre EJA e EAD. EJA integrada ao mundo do trabalho e universalização da alfabetização. O analfabetismo funcional e as políticas de EJA. EJA integrada à qualificação social e profissional para o campo. Desafios da permanência. Desafios para assegurar a oferta de educação de jovens e adultos às pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais.</p>
<p>8. Educação Infantil: o papel do SNE na universalização da pré-escola e na ampliação da oferta de creches.</p>	<p>Concepções de infância e de Educação Infantil: cuidar, brincar, educar/ensinar e aprender. A docência na educação infantil e seus requisitos. Regulação da oferta e qualidade da educação infantil no setor público e privado. Universalização da matrícula na pré-escola e qualidade. Construção de diretrizes e</p>

	<p>parâmetros para a avaliação nacional da educação infantil: condições de oferta e permanência. Os papéis da União e do SNE na expansão e melhoria da qualidade da educação infantil. Formação, condições de trabalho, carreira e remuneração dos profissionais da educação infantil. Mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.</p>
<p>9. Ensino Fundamental: contribuições do SNE para acesso e permanência com qualidade social.</p>	<p>O Ensino Fundamental no Brasil: as especificidades de suas distintas etapas (ciclo da infância e séries/anos finais) e os desafios da transição (da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e deste para o Ensino Médio). A regulação da oferta do ensino fundamental público e privado com qualidade social. Tempos, espaços e permanência no Ensino Fundamental. Garantia de condições de permanência para os estudantes. O SNE na articulação entre Município, Estado, DF e União para a promoção da qualidade do ensino fundamental e seu funcionamento. Relação entre União e Municípios. Avaliação da aprendizagem como ferramenta de intervenção pedagógica no ensino fundamental para favorecer a trajetória escolar dos estudantes. Estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.</p>
<p>10. Ensino Médio: desafios e possibilidades para a implementação.</p>	<p>Origem e expansão do ensino médio no Brasil. Acesso e permanência. Relação entre ensino médio e superior. Relação juventude e processo de escolarização. Ensino médio e as demandas de profissionalização. A articulação do Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Oferta e qualidade do ensino médio nas redes públicas e no setor privado. As diferentes possibilidades de organização da escola e do currículo do ensino médio. Garantia de acesso e permanência do estudante de ensino médio. A formação inicial e continuada adequadas e as condições de trabalho docente para uma escola de ensino médio de qualidade. Desafios do SNE para a universalização do ensino médio, conforme a meta 03 do PNE. Possibilidade do SNE para a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e demais Instrumentos de Avaliação Sistemática para subsidiar políticas públicas. Itinerário formativos: desafios da implementação.</p>
<p>11. Educação Superior: democratização do acesso, condições de permanência e conclusão com qualidade social em ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>O direito à educação superior no Brasil e no mundo. Formas de acesso e políticas de permanência. Educação superior e profissionalização. Organização da educação superior pública e privada. Políticas de expansão e interiorização da educação superior: As políticas de cotas raciais e sociais e o financiamento estudantil. Regulação, supervisão e avaliação do ensino superior. Desafios do SNE na elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas. Otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior. Expansão do ensino superior, inclusão e pertinência social. Desafios da</p>

	<p>qualidade: melhora no desempenho do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. Políticas e programas de fortalecimento das licenciaturas.</p>
<p>12. Educação Integral: o PNE e os desafios e possibilidades para ampliação com qualidade de tempos e espaços educativos.</p>	<p>Concepção de educação integral, escola em tempo integral e ampliação de jornada escolar, e as demandas por ampliação do tempo escolar. A articulação do Projeto Político-Pedagógico e as atividades cotidianas em unidades educacionais de jornada ampliada. Arranjos educativos locais e articulação de espaços-tempos de aprendizagem na escola e na comunidade. Educação integrada: fomento a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos. Participação comunitária e popular nos projetos educativos das unidades educacionais de jornada ampliada. Currículo e práticas educativas na ampliação de tempos e espaços nas unidades educacionais de tempo integral. O papel da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios na ampliação da oferta educacional em tempo integral. Financiamento da Educação Integral no Brasil. Qualidade social da educação integral. Regime de colaboração e o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas.</p>
<p>13. Possibilidades da Educação a Distância e da Educação mediada por tecnologias.</p>	<p>Histórico e conceito de Educação a Distância no Brasil. Papel próprio e complementar da educação a distância. Papel e limite da EaD na formação de novos educadores no Brasil. Limites e possibilidade da EaD na ampliação do atendimento escolar: modalidades e etapas de ensino, condições geográficas e circunstâncias peculiares dos educandos. Condições de qualidade da educação em EaD. EaD e educação ao longo da vida. Universalização do acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade (meta do PNE): utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.</p>
<p>14. O SNE e a Educação Escolar Indígena.</p>	<p>Conceito e princípios da Educação Escolar Indígena. A organização da educação Escolar Indígena. Direito à consulta livre, prévia e informada. Diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Especificidades étnicas face às políticas universais de educação. Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Bilingüismo, multilinguismo e interculturalidade. Material didático-pedagógico. Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena e a implementação do regime de colaboração específico. Os Territórios Etnoeducacionais. Formação e valorização dos professores indígenas. Acesso e permanência no Ensino Superior.</p>
<p>15. O SNE e a Educação do Campo.</p>	<p>Princípios, concepção, diretrizes, diagnóstico e implementação dos marcos regulatórios da educação do</p>

	<p>campo. A legislação educacional brasileira e a educação do campo. Acesso, permanência e qualidade da educação para os sujeitos do campo. Ampliação da oferta de Educação Básica no campo. Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional no campo e o atendimento educacional especializado como complementar e suplementar à escolarização. Educação para as classes multisseriadas e de multi-idades (educação infantil). Políticas educacionais para a educação do campo. Movimentos sociais e a educação do campo. Educação na reforma agrária e no mundo da produção cultural camponesa. O Sistema Nacional de Educação e a educação do campo. Formação inicial e continuada, e valorização, dos profissionais do magistério e dos demais trabalhadores da educação do campo. Financiamento, infraestrutura e transporte escolar. Material didático-pedagógico contextualizado.</p>
<p>16. SNE: Gênero e Diversidade Sexual.</p>	<p>Construção sócio histórica de gênero, identidade e expressões de gênero. A heteronormatividade nas relações interpessoais e intergrupais, na ação institucional, no currículo e na prática pedagógica. O papel da escola na construção de normatividade de gênero, sexismo e misoginia. Práticas pedagógicas para reconhecimento e respeito à diversidade de gênero e às expressões da sexualidade no contexto escolar na educação básica e superior. Discriminação e trajetória escolar. Enfrentamento da intolerância à diversidade de gênero. A diversidade sexual como perspectiva curricular e didática. Estratégias de combate à homofobia, à lesbofobia, à transfobia. O Sistema Nacional de Educação e a diversidade sexual como um direito humano. O movimento político de reconhecimento dos direitos sexuais.</p>
<p>17. O SNE e a Educação de Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.</p>	<p>Educação Especial na perspectiva inclusiva. Acesso e permanência de pessoas com deficiência na educação básica e superior. Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e práticas educacionais inclusivas. Altas habilidades/Superdotação: estratégias para identificar e maximizar o desenvolvimento das potencialidades. Marcos legais políticos e pedagógicos da educação especial na perspectiva inclusiva. Articulação entre a educação especial e a educação para o mundo do trabalho. A garantia das condições de acessibilidade para plena participação e aprendizagem das pessoas com deficiência à formação profissional. O Sistema Nacional de Educação e a educação especial na perspectiva inclusiva.</p>
<p>18. O SNE e a Educação Escolar Quilombola.</p>	<p>Definição, princípios e organização da Educação Escolar Quilombola. Caracterização e histórico das comunidades quilombolas no Brasil e dados atuais. Marcos legais da Educação Escolar Quilombola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação nas comunidades quilombolas e os desafios de sua implementação. Organização, processos pedagógicos e gestão das escolas quilombolas. O Sistema</p>

	Nacional de Educação e a Educação Escolar Quilombola. Formação e valorização dos professores das escolas quilombolas. O respeito aos valores culturais e inclusão na dinâmica social nacional. Infraestrutura, transporte escolar, material didático e pedagógico contextualizado. Financiamento e monitoramento da aplicação dos recursos na Educação Quilombola.
19. O SNE e a Política Nacional de Alfabetização.	Diagnóstico do analfabetismo no Brasil. O Sistema Nacional de Educação e a Política Nacional de Alfabetização. Redução do analfabetismo funcional. Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para a alfabetização. Tecnologias educacionais para a alfabetização. Diversidade de métodos e propostas pedagógicas na alfabetização. Alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes. Formação inicial e continuada de professores para a alfabetização. Alfabetização de pessoas com deficiência. Alfabetização de jovens, adultos e idosos.
20. O SNE e a Educação para as Relações Étnico-Raciais.	Princípios, diagnóstico e implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Definição de racismo institucional e suas principais formas de superação e combate. Manifestação de racismo da educação infantil ao ensino superior. Diferenças raciais no acesso ao mundo do trabalho e à elevação de escolaridade. Base legal de combate à discriminação. Intolerância religiosa no contexto escolar. Política de ações afirmativas. Diretrizes Curriculares Nacionais. Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
21. O SNE e a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.	Conceitos, princípios, diagnóstico e implementação da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica. A educação profissional no Brasil: histórico e perspectivas. O papel da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento nacional. A articulação da Educação Básica à Educação Profissional para jovens e trabalhadores. A inclusão de jovens e trabalhadores por meio da Educação Profissional e Tecnológica. A educação profissional e a inclusão social. Formação para o mundo do trabalho e para a cidadania. A diversidade e a Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O Sistema Nacional de Educação e a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.
22. Formação inicial e continuada dos profissionais da educação.	Diagnóstico da política nacional de formação dos profissionais da educação. Articulação entre educação básica e ensino superior na formação dos professores. A responsabilidade dos entes federados na formação dos professores da educação básica. Formação presencial e a distância dos profissionais da educação. Formação continuada dos professores do ensino superior e profissional.

	<p>Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação. Valorização da diversidade e promoção dos direitos humanos. Redução das desigualdades e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional, cultural e campo-cidade na formação inicial e continuada. Reconhecimento, valorização e profissionalização dos funcionários e pessoal técnico-administrativo na gestão escolar e universitária. Instâncias de participação na gestão democrática.</p>
<p>23. O SNE e a Valorização e o Reconhecimento dos Profissionais da Educação.</p>	<p>Piso salarial, plano de carreira, valorização e reconhecimento dos profissionais da educação. Valorização e Planos de Carreira: vencimento, remuneração e benefícios da carreira por meio do tempo efetivo exercício, formação e merecimento. Condições materiais e imateriais de trabalho. Saúde laboral. Atratividade da carreira docente. Políticas de acesso à cultura, lazer e esportes. Diretrizes Nacionais de Carreira do Magistério e dos funcionários de escola da Educação Básica Pública. Adicional noturno. Aposentadoria específica. A realidade do setor privado. O Sistema Nacional de Educação e a valorização dos profissionais da educação.</p>
<p>24. O SNE, financiamento da Educação Básica e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ).</p>	<p>Financiamento das políticas em educação e distribuição federativa dos recursos arrecadados. Responsabilidade, papel, função e limites da União na indução e coordenação das políticas educacionais. Programas federais: limites, desafios e possibilidades do atual modelo de interação federativa. O gasto-aluno praticado no Fundeb e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como estratégias de ampliação do investimento em educação. Diagnóstico da implementação do CAQi e do CAQ. O Sistema Nacional de Educação o financiamento da Educação brasileira.</p>